

Data: 16/04/2025

Duração: 2h

Ata de Reunião Ordinária

Conselho Fiscal do IGEPPS

Reunião solicitada por:	Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará	Tipo de reunião:	Ordinária
Condução:	Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará	Redator da Ata:	Nadia Rocha
Conselheiros:	Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular) Miguel Evangelista Miranda da Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular) Alex Mota de Souza – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Suplente) Joselito Cardoso Carvalho – Representante dos Servidores Ativos do Estado do Pará (Membro Titular) Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente) Ten. Cel. QOPM Raimundo Nonato de Araújo Miranda Junior – Representante dos Servidores Militares Inativos do Estado do Pará (Membro Titular)		
Assunto:	Abertura		
Observada a existência de quórum, foi declarada aberta a Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do IGEPPS.			
Pauta:	Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS Janeiro e Fevereiro/2025	Relator:	Henrique Mascarenhas
<p>A Secretaria Executiva do Conselho Fiscal do IGEPPS informou que o Núcleo Gestor de Investimentos encaminhou ao Conselho os Relatórios Mensais de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS, referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro/2025, para análise e deliberação. Em seguida, passou a palavra para o Coordenador do Núcleo de Investimentos do IGEPPS, Henrique Mascarenhas, que será o responsável pela apresentação do Relatório.</p> <p>O Coordenador do Núcleo Gestor de Investimentos do IGEPPS apresentou ao Colegiado o Relatório, com as seguintes análises:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Carteira de Investimentos IGEPPS/PA em janeiro e fevereiro/2025; 2) Carteira Global em janeiro e fevereiro/2025; 3) Política de Investimento em janeiro e fevereiro/2025; 4) Distribuição da Carteira Global em janeiro e fevereiro/2025; 5) Carteira FUNPREV em janeiro e fevereiro/2025; 6) Carteira FINANPREV em janeiro e fevereiro/2025; 7) Carteira SPSM em janeiro e fevereiro/2025; 8) Evolução de Rendimento e Patrimônio Líquido das Carteiras em janeiro e fevereiro/2025; 			

- 9) Movimentações Financeiras em janeiro e fevereiro/2025;
- 10) Fundos Estressados em janeiro e fevereiro/2025;
- 11) Taxa de Administração em janeiro e fevereiro/2025;
- 12) Cumprimento da Lei Complementar nº 125/2019 em janeiro e fevereiro/2025;
- 13) Indicadores de Mercado em janeiro e fevereiro/2025;
- 14) Indicadores da Carteira em janeiro e fevereiro/2025;
- 15) Gestão de Risco e Atribuição de Resultado em janeiro e fevereiro/2025;
- 16) Monitoramento de Risco em janeiro e fevereiro/2025;
- 17) Cenário Econômico e Político em janeiro e fevereiro/2025;
- 18) Resultado da Carteira em janeiro e fevereiro/2025;
- 19) Perspectivas da Carteira em janeiro e fevereiro/2025;
- 20) Monitoramento técnico realizado pelo NUGIN em janeiro e fevereiro/2025.

Os Conselheiros pontuaram que os Relatórios de Investimentos de janeiro e fevereiro de 2025 do IGEPPS/PA evidencia uma gestão consistente, com resultados positivos e alinhamento às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos 2025, à Resolução CMN 4.963/2021 e à Portaria MTP 1.467/2022, observando que a carteira global de investimentos se manteve majoritariamente concentrada em renda fixa, com alocações complementares em renda variável, investimentos no exterior e fundos estruturados, com as movimentações financeiras refletindo estratégias de realocação e cumprimento de obrigações legais, como o repasse de rendimentos do FUNPREV para o FINANPREV conforme a Lei Complementar 125/2019.

Ressaltaram que o relatório aponta para uma gestão prudente e eficiente dos recursos previdenciários, com foco na segurança, rentabilidade, liquidez e conformidade legal, assegurando o equilíbrio atuarial e a sustentabilidade dos fundos administrados.

O Conselheiro Cel. Sérvio Túlio, representante dos Militares em Atividade do Estado do Pará, propôs ao Colegiado, com fundamento no Parágrafo Único do art. 2º do Regimento Interno do Conselho Fiscal, que seja considerado o disposto no referido artigo, o qual estabelece que:

“O Conselho Fiscal, com aprovação da maioria de seus membros e para execução de seus trabalhos, poderá requerer à Diretoria Executiva, mediante justificativa escrita, o assessoramento de perito-contador ou de firma especializada em auditoria.”

O Conselheiro fundamentou sua proposição na constatação de que os temas abordados nas matérias submetidas ao Colegiado são de alta complexidade técnica, especialmente no que diz respeito à análise contábil e financeira, o que pode comprometer a segurança na deliberação sem o devido suporte especializado.

Em resposta, a Secretaria Executiva do Conselho esclareceu que a deliberação em questão se dá em caráter científico, e que o IGEPPS já fornece todo o embasamento técnico e legal necessário para subsidiar as decisões do colegiado. Pontuou que, antes de sua apreciação pelo Conselho Fiscal, o relatório em questão é analisado e aprovado pelas seguintes instâncias: Equipe do Núcleo Gestor de Investimentos, Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Estadual de Previdência.

Além dessas instâncias de controle e análise, a Secretaria Executiva informou que, anualmente, o IGEPPS contrata

auditoria independente para proceder à verificação e avaliação da documentação contábil e financeira do Instituto. O relatório final produzido por essa auditoria é entregue ao Conselho Fiscal, juntamente com as demonstrações contábeis completas para análise.

Pontuou que, adicionalmente, caso o colegiado julgue necessário, as equipes técnicas do IGEPPS estão à disposição para realizar apresentações e prestar esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas relativas aos documentos e informações analisadas.

Diante das informações apresentadas, os Conselheiros deliberaram por aguardar o recebimento integral da documentação fornecida pelo IGEPPS, acompanhada de todos os pareceres cabíveis, para então avaliar a necessidade ou não de requerer o assessoramento de perito-contador, nos termos do Regimento Interno.

Reiteraram a solicitação de que o Colegiado receba capacitação adequada para atuar na fiscalização e avaliação da documentação orçamentária e financeira do IGEPPS, a fim de que possam atuar de maneira mais eficaz em suas atribuições na qualidade de Conselheiros Fiscais.

Os Conselheiros apresentaram, ainda, suas dúvidas e considerações acerca dos Relatórios disponibilizado, as quais foram devidamente esclarecidas pela equipe do Núcleo Gestor de Investimentos, opinando pela aprovação dos mesmos.

Deliberação:	Os Conselheiros deliberaram: 1. Pela aprovação dos Relatórios Mensais de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS, referentes aos meses de janeiro e fevereiro/2025.		
Pauta:	Eleição do Presidente do Colegiado	Relator:	Nadia Rocha

A Secretaria Executiva do Conselho Fiscal do IGEPPS informou ao Colegiado a necessidade de eleição de seu Presidente, conforme disposto no art. 4º, § 5º, do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Ressaltou que o IGEPPS tem como objetivo alcançar a certificação do Programa Pró-Gestão RPPS em nível IV, sendo recomendável, para o atendimento às diretrizes do referido programa, que o Presidente do Conselho Fiscal seja eleito dentre os representantes dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Destacou que, atualmente, os Conselheiros representantes dos segurados são:

- Marcus Holanda, representante dos pensionistas;
- Joselito Cardoso, representante dos servidores públicos em atividade;
- Glauber Queiroz, representante dos servidores públicos aposentados;
- Coronel Sérgio Estácio, representante dos militares em atividade;
- Tenente Coronel Raimundo Miranda, representante dos militares aposentados.

Considerando os critérios de representatividade e experiência, o Colegiado sugeriu o nome do conselheiro Marcus Holanda para a Presidência do Conselho Fiscal, tendo em vista que o referido Conselheiro está em seu segundo mandato no Colegiado e já possui o conhecimento necessário para conduzir os trabalhos com segurança e responsabilidade.

Contudo, uma vez que o conselheiro Marcus Holanda não se encontrava presente na sessão, o Colegiado deliberou por adiar a eleição para a próxima reunião ordinária, a fim de garantir a participação do indicado e assegurar o pleno exercício do processo eleitoral interno.

	Os Conselheiros deliberaram:
--	------------------------------

Deliberação:	1. Pelo adiamento da eleição do Presidente do Colegiado para a próxima reunião ordinária, a fim de garantir a participação do indicado e assegurar o pleno exercício do processo eleitoral interno.
---------------------	---

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por encerrada. Para constar, eu, Nadia Patricia da Silva Rocha, Secretária Executiva do Conselho Fiscal do IGEPPS, lavrei a presente ata, que será assinada pelos membros do Conselho Fiscal do IGEPPS.

Belém, 16 de abril de 2025.

Utan Dias de Lima

Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular)

Miguel Evangelista Miranda da Cruz

Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular)

Alex Mota de Souza

Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Suplente)

Joselito Cardoso Carvalho

Representante dos Servidores Ativos do Estado do Pará (Membro Titular)

Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio

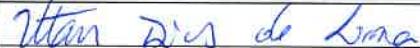
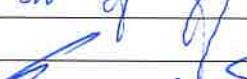
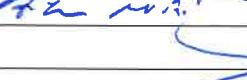
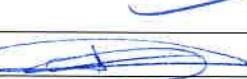
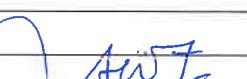
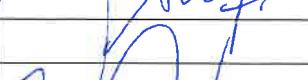
Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Titular)

Ten. Cel. QOPM Raimundo Nonato de Araújo Miranda Junior

Representante dos Servidores Militares Inativos do Estado do Pará (Membro Titular)

Reunião do Conselho Fiscal do IGEPPS

16/04/2025 – 14h

Nº	Nome	Representação	Membro	Assinatura
01	Utan Dias de Lima	Governo do Estado	Titular	
02	Elvira Carolina Scapin Martins	Governo do Estado	Suplente	
03	Miguel Evangelista Miranda da Cruz	ALEPA	Titular	
04	Francisco Martins de Oliveira Junior	ALEPA	Suplente	
05	Ingrid da Silva Alencar de Lima	TJPA	Titular	
06	Alex Mota de Souza	TJPA	Suplente	
07	Jefferson Rosa Coelho	MPPA	Titular	
08	Marly Dantas Nery	MPPA	Suplente	
09	Joselito Cardoso Carvalho	SINDIPOL Ativos	Titular	
10	Antônio Pereira Pantoja	SINDIPOL Ativos	Suplente	
11	Glauber Roberto dos Passos Queiroz	SINDIPOL Inativos	Titular	
12	Fernando Stéllio do Nascimento Ferreira Junior	SINDIPOL Inativos	Suplente	
13	Marcus Vinicius Gomes Holanda	FAAPPA Pensionistas	Titular	
14	Rosivaldo Bartista	FAAPPA Pensionistas	Suplente	
15	CEL QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio	PMPA Ativos	Titular	
16	TEN CEL QOPM Albuno Rodrigues Lima	PMPA Ativos	Suplente	
17	TEN CEL QOPM Raimundo Nonato de Araujo Miranda Junior	PMPA Inativos	Titular	
18	TEN CEL QOPM Eduardo Angelo Moraes de Carvalho	PMPA Inativos	Suplente	